

Contas públicas têm superávit de R\$ 4,95 bi

Resultado não considera juros, que nos últimos 12 meses foram de R\$ 129 bilhões

SORAYA DE ALENCAR
e VÂNIA CRISTINO

BRASÍLIA – Com o superávit de R\$ 4,95 bilhões, as contas do setor público apresentaram, em julho, o melhor desempenho desde o início do Plano Real. O resultado – primário, porque não considera o pagamento de juros – corresponde a 5,88% do Produto Interno Bruto (PIB) do período. Nos 12 meses encerrados em julho, o resultado primário das contas do setor público foi positivo em R\$ 19,06 bilhões ou 2,04% do PIB. A meta constante do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que, até o fim do ano, o setor deverá acumular superávit primário de R\$ 30 bilhões, ou 3,1% do PIB.

O bom desempenho das contas dos governos federal, estaduais, municipais e empresas estatais em julho foi possível graças a receitas extras, como o pagamento de R\$ 1,04 bilhão referente à concessão da Telebrás. Previsto para agosto, o pagamento ocorreu em julho.

Segundo informou o chefe do Departamento Econômico (Deprec) do Banco Central, Altamir Lopes, o excelente desempenho das contas em julho não deverá

se repetir em agosto. A receita de concessão não voltará a ocorrer; e na conta de juros, em que se previa uma despesa de R\$ 819 milhões, houve uma receita de R\$ 35 milhões.

Segundo Lopes, a discrepância dos números ocorreu porque o BC apura os dados pelo critério de competência – ou seja, considera o total de juros a serem pagos no ano e divide pelo número de meses –, e o Tesouro, responsável pelo pagamento dos juros, trabalha com o critério de caixa. O que significa que a despesa só é contabilizada quando ocorre de fato. No fim do ano, os dois critérios têm resultados iguais.

No superávit de R\$ 4,95 bilhões, o governo central foi responsável por R\$ 4,83 bilhões. Enquanto governo federal e Banco Central deram resultado positivo de R\$ 4,44 bilhões, o INSS registrou déficit de R\$ 713 milhões. As empresas estatais federais fecharam o mês positivas em R\$ 1,1

bilhão. Resultado também que não deve ter-se repetido em agosto. “Este resultado deverá dissipar-se quando forem apurados os dados do mês passado.”

Lopes informou que o bom resultado das empresas em julho foi fruto do novo método de apuração da dívida das estatais, que passou a considerar como créditos os recursos captados no exterior e repassados a controladas instaladas fora do País. Até agora, por uma questão de desinformação dentro do próprio gover-

ACORDO
COM FMI PREVÊ
SALDO DE
R\$ 30 BILHÕES



no, os dados eram informados ao BC como dívidas.

Acumulado – No acumulado do ano, o superávit primário chegou a R\$ 20,42 bilhões, o correspondente a 3,63% do PIB do período. Isso significa uma folga de R\$ 4,79 bilhões em relação à trajetória prevista pelo FMI que era de R\$ 15,62 bilhões até julho. Para este mês, a meta que consta do acordo é de um superávit de R\$ 23,78 bilhões – 3,3% do PIB – para o setor público. Para cumprir essa meta, faltam R\$ 3,36 bilhões. Lopes disse que não vê problema para chegar ao resultado. Mas considerou que a meta não será cumprida com folga.

Contabilizada a conta de juros devida pelo setor público em julho, que bateu em R\$ 9,73 bilhões (11,57% do PIB), chegou-se ao déficit nominal de R\$ 4,78 bilhões no mês (5,68% do PIB). No acumulado até julho, o resultado saltou para R\$ 74,65 bilhões por causa dos juros, que foram de R\$ 95,07 bilhões.

Proporcionalmente ao PIB do período atualizado, esses resultados correspondem, respectivamente, a parcelas de 17,44% e 13,81%. No período de 12 meses, a conta de juros chegou a R\$ 129,1 bilhões que foram responsáveis pelo déficit nominal de R\$ 110,1 bilhões no mesmo período.